



**CARTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA
CORPORATIVA DA COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO
DISTRITO FEDERAL – CODEPLAN**

Ano Base: 2021



**Brasília
2022**



Sumário

| | |
|---|----|
| 1. IDENTIFICAÇÃO GERAL | 3 |
| 2. POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA | 4 |
| 2.1 Interesse público subjacente às atividades Empresariais: | 5 |
| 2.2 Políticas Públicas e Principais Atividades Desenvolvidas: | 6 |
| Missão | 10 |
| Visão..... | 10 |
| Valores | 10 |
| 2.3 Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam os objetivos de políticas públicas:..... | 11 |
| 2.4 Recursos para custeio das políticas públicas: | 13 |
| 2.5 Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas: | 14 |
| 2.6 Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho | 15 |
| 2.7 Políticas e práticas de governança corporativa | 22 |
| 2.8 Estruturas de controle interno, integridade e conformidade e Gerenciamento de Riscos: | 24 |
| 2.9 Diretrizes de remuneração: | 25 |
| 2.10 Descrição da composição e da remuneração da administração | 26 |
| 2.11 Comentários dos administradores:..... | 27 |



1. IDENTIFICAÇÃO GERAL

Em observância aos artigos 8º, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e artigo 40 da Lei Distrital nº 5.695, de 02 de agosto de 2016, e ao Decreto Distrital nº 37.967, de 20 de janeiro de 2017, o Conselho de Administração e a Diretoria Colegiada subscrevem a presente Carta de Políticas Públicas e de Governança Corporativa da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), referente ao exercício de 2021.

| | |
|---|---|
| CNPJ | 00.046.060/0001-45 |
| Sede | Brasília/Distrito Federal |
| Tipo de Estatal | Empresa Pública |
| Acionista Controlador | Governo do Distrito Federal |
| Tipo Societário | Sociedade Anônima |
| Tipo de Capital | Fechado |
| Abrangência de Atuação | Local, regional e nacional |
| Setor de Atuação | Administração pública em geral; Regulação das atividades econômicas |
| Diretoria Colegiada | |
| Presidência | JEANSLEY LIMA |
| Diretoria Administrativa e Financeira – DIRAF | JULIANA DIAS G. N. FERREIRA CRUZ SÔNIA GONTIJO CHAGAS GONZAGA |
| Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas – DIEPS | CLARISSA JANS SCHLABITZ |
| Diretoria de Estudos e Políticas Sociais – DIPOS | DAIENNE AMARAL MACHADO |
| Diretoria de Estudos Urbanos e Ambientais – DEURA | RENATA FLORENTINO DE FARIA SANTOS |



| | |
|--|---|
| Conselheiros de Administração | ✓ ISRAEL LOPES ARAÚJO SOUSA: PRESIDENTE: PRESIDENTE – CPF: 023.466.683-89 ✓ ALBA LEITE NUNES LIMA – CPF: 565.121.711-87 ✓ EDUARDO AMARAL SILVEIRA – CPF: 069.064.798-06 ✓ HAMILTON TADEU DE CASTRO – CPF: 373.486.551-49 ✓ HIUANY STEPHANY PEREIRA MOTA – CPF: 049.124.401-08 ✓ JEANSLEY CHARLES DE LIMA – CPF: 852.352.881-49 ✓ LUCENIR RODRIGUES – CPF:231.483.061-04 |
| Administradores subscritores da Carta de Políticas Públicas | Conselho de Administração |
| Administradores subscritores da Carta de Governança Corporativa | Diretoria Colegiada |

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Lei Federal nº 13.303/16, em seu art. 8º, inciso I, e a Lei Distrital nº 5.695/16, artigo 40, inciso I, determinam *“a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela Empresa pública, pela sociedade de economia mista e por suas subsidiárias, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos.”*.

Desse modo, em observância ao referido dispositivo legal, combinado os incisos III e VIII, do referido artigo da citada lei, e a Lei Distrital nº 5.695/16, artigo 40, incisos III e VIII, a Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração da Codeplan subscrevem a presente Carta de Políticas Públicas e Governança Corporativa, relativa ao exercício de 2021, com o objetivo de consolidar *“informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre*



o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração”.

2.1 Interesse público subjacente às atividades Empresariais:

Criada em 1964, pela Lei Federal nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, inicialmente com a denominação de Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central, a Codeplan iniciou suas atividades em 05 de dezembro de 1966 e manteve essa denominação até 02 de março de 2007, quando passou a intitular-se Companhia de Planejamento do Distrito Federal.

Inicialmente dedicada à produção e tratamento de informação de natureza socioeconômica, em 1979 apensou às suas funções atividades na área de processamento de dados para o Governo do Distrito Federal, com a inauguração de seu Centro de Processamento de Dados. Em 1999, no âmbito da reforma administrativa empreendida pelo GDF, passou a atuar mais especificamente na área da tecnologia da informação, ocasião em que abandonou e/ou secundarizou suas atividades típicas de pesquisa e estudos socioeconômicos.

Em 2007, iniciou o processo de retorno às suas atividades originais e em 2011 iniciou sua reestruturação por meio do retorno de seus técnicos que haviam sido cedidos a diversos órgãos do complexo administrativo do Distrito Federal, da retomada de projetos relevantes como a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/DF), em parceria com o DIEESE, e da melhoria de vários projetos já implantados como a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD/DF), realizada nas 33 Regiões Administrativas do DF; a Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD) e outros. Reforçou sua missão de pensar as questões voltadas ao Distrito Federal e área de influência, criando fóruns de debates e lançando publicações relacionadas ao tema, produzindo e disseminando informações, estudos e análises do Distrito Federal e sua Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal - RIDE para a sociedade e o governo.



No contexto atual a Companhia tem o papel de produzir e disseminar dados e informações, estudos e análises sociais, econômicas, demográficas, cartográficas, urbanas, regionais e ambientais; analisar e avaliar o impacto das políticas públicas para o GDF e sociedade, fornecendo dados de qualidade para o debate de políticas públicas e o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal.

2.2 Políticas Públicas e Principais Atividades Desenvolvidas:

A Codeplan tem buscado solidificar sua missão de empresa de pesquisa pública, voltada para a produção de estudos, estatísticas e evidência científica. Num cenário adverso de crise financeira e crise sanitária mundial, a empresa soube criar essa oportunidade por meio do fortalecimento da sua capacidade de entrega e da reafirmação da qualidade dos produtos finais.

No ano de 2021, não obstante às dificuldades e incertezas trazidas pela pandemia do corona vírus, em sua segunda onda, realizou várias atividades relevantes, tais como: a Pesquisa Distrital de Amostra de Domicílios 2021; divulgação dos resultados da Pesquisa Municipal de Amostra de Domicílios 2020; preparação para realização da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Rural; realização mensal da Pesquisa de Emprego e Desemprego; preparação para o campo da pesquisa Perfil da População em Situação de Rua do DF; realização de amplos estudos sobre pessoas com deficiência, seu acesso a direitos e sua inclusão econômica; manutenção de uma agenda arrojada de apresentação de estudos do cenário econômico do Distrito Federal, por meio de múltiplos indicadores; a análise do impacto da COVID-19 na vida dos cidadãos do Distrito Federal; realização de uma série de pesquisas sobre os territórios urbanos e rurais do DF, envolvendo planejamento, regularização fundiária, déficit habitacional, mobilidade, infraestrutura, saneamento básico, conservação e qualidade ambiental, licenciamento ambiental, gestão da água e energia limpa.



Ademais, sua posição na rede de instituições de pesquisa também se fortaleceu por meio de relações institucionais importantes, tais como: assinatura de convênio com a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz para realização de monitoramento territorial de indicadores de saúde; parceria com o Fundo de Populações das Nações Unidas – UNFPA para realização de pesquisa de sobre a gravidez na adolescência no Distrito Federal; parceria com o IBGE para o cálculo do PIB do Distrito Federal; parceria com o Ministério do Trabalho e da Previdência para acesso aos dados de mercado de trabalho formal.

Conforme exposto a seguir, suas principais atividades desenvolvidas contribuem direta ou indiretamente na formulação e monitoramento das Políticas Públicas do Distrito Federal. As informações produzidas e disponibilizadas pela Codeplan subsidiam tanto o planejamento de novas políticas e ações, quanto a avaliação dos resultados de práticas governamentais. A Companhia de Planejamento do Distrito Federal atua principalmente nas áreas temáticas: Estudos e Pesquisas Socioeconômicas; Estudos e Pesquisas Sociais; e Estudos Urbanos e Ambientais. Conforme o Plano Plurianual de Atividades (PPA), a Empresa realizou os seguintes estudos, análises e pesquisas nas áreas temáticas citadas:



| 2021 | | |
|--|--|--|
| Projetos | Descrição | Resultados |
| 1. Sistema de Informações Estatísticas do Distrito Federal – INFODF/SIEDF | Reunir os principais dados dos órgãos e parceiros do Distrito Federal. Tendo como resultado uma maior agilidade e otimização na tomada de decisões. | Atualização e Evolução das Plataformas. |
| 2. Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal – PED/DF. | Produzir e oferecer dados, análises e informações para o acompanhamento da dinâmica e conhecimento da realidade do mercado de trabalho do Distrito Federal. | Apresentação mensal da análise de emprego e desemprego. |
| 3. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED Metropolitana | Produzir e oferecer dados, análises e informações para o acompanhamento da dinâmica e conhecimento da realidade do mercado de trabalho da Periferia Metropolitana de Brasília. | Apresentação mensal da análise de emprego e desemprego. |
| 4. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio – DF 2019 | A pesquisa visa obter a consolidação de um banco de dados consistente e representativo, segundo os padrões técnicos definidos para a PDAD, de forma a oferecer dados e informações estratégicas para o planejamento governamental, em nível de Regiões Administrativa. | Coleta de dados realizada para PDAD/DF |
| 5. Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios – PMAD/DF 2019/2020 | Produzir e oferecer dados, análises e informações para o acompanhamento da dinâmica social, econômica e urbana da Periferia Metropolitana de Brasília, subsidiando o planejamento governamental. | Coleta de dados realizada para PMAD/DF |
| 6. Pesquisas 156 | Coletar e oferecer dados relacionados à opinião pública e à percepção dos serviços públicos prestados pelo GDF por meio de pesquisa telefônica. | Pesquisas realizadas em 2021: Serviços de coletas de resíduos; Pesquisa de hábitos de circulação de pessoas; Avaliação do programa de Habitação da Codhab; Pesquisa para auxiliar no planejamento estratégico da CLDF. |
| 7. Diagnóstico sobre a Regularização Fundiária | Subsidiar a Clínica de Direitos Humanos do UniCeub e da Defensoria Pública do DF, com dados sobre a situação da regularização fundiária em Áreas de Regularização de Interesse Social. | Levantamento de dados sobre os processos de regularização pelo Portal da Regularização e Pesquisas Qualitativas com síndicos de condomínios. |
| 8. Observatório Cruls: Boas Práticas Urbanas e Ambientais | Identificar e dar visibilidade às experiências exitosas, buscando construir um conhecimento que possibilite das subsídios às políticas públicas que impactem positivamente na melhoria dos seguintes aspectos: planejamento territorial, regularização fundiária, déficit habitacional, mobilidade, infraestrutura, saneamento básico, conservação e qualidade ambiental, licenciamento ambiental, gestão de água e energia limpa. | Revisão bibliográfica |
| 9. Atlas Infantil | Proporcionar a disseminação de conhecimentos sobre o meio ambiente e território do Distrito Federal, para que desde cedo as crianças aprendam o valor de ter um meio ambiente saudável e valorizar seu espaço de vivência. | Elaboração de dois volumes Atlas de Colorir. |
| 10. Rede de Governança Metropolitana | Elaborar relatórios com os dados de Pesquisa Metropolitana de Amostra de Domicílios – PMAD da Codeplan, além de relatórios sobre os arranjos institucionais, fundos para investimentos e fase de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUi, referentes ao DF e à Área Metropolitana de Brasília, para subsidiar publicação do IPEA sobre Governança Metropolitana no Brasil. | Publicação de relatórios e artigo em livros, pelo IPEA; Publicação de relatórios da PMAD 2019/2020 – Resultados para a periferia Metropolitana de Brasília – PMB |
| 11. Game do Circuito Turístico do Distrito Federal | Desenvolvimento de um aplicativo mobile que utiliza base de dados georreferenciados de pontos de interesse do DF e proporciona ao usuário uma forma gamificada e interativa de experienciar o passeio turístico, denominado de Game do Circuito Turístico do DF. | Prova de conceito concluída, desenvolvimento de 5(cinco) protótipos, início de desenvolvimento de plataforma administrativa. |
| 12. Pesquisas Primárias | Atender às demandas de realização de pesquisas, realizadas por Secretarias e Autarquias do GDF, sobre políticas públicas nas temáticas urbana e ambiental. | Relatório de pesquisas de avaliação da W3 aberta aos domingos e feriados e relatório de avaliação da qualidade do serviço de limpeza urbana do DF. |
| 13. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios na Área Rural do Distrito Federal | Realizar a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) na área rural do DF. | Levantamento de informações sobre as comunidades rurais do DF por meio de pesquisa junto aos técnicos da EMATER. Foi realizada a listagem de endereços em áreas por necessidade de complementação da base de endereços da amostra. |
| 14. Anuário Estatístico 2019 | Atualização de indicadores do Anuário Estatístico relativos às PDADs. | Atualização do Anuário Estatístico |
| 15. Saneamento Ambiental e Sustentabilidade | Desenvolver estudos e pesquisas sobre saneamento ambiental, conservação e preservação ambiental, desenvolvimento sustentável integrado, soluções baseadas na natureza, monitoramento da qualidade ambiental e dos impactos ambientais no âmbito do Distrito Federal. | Elaboração de estudos técnicos sobre sustentabilidade e a situação do saneamento básico no Distrito Federal, abordando os desafios e conquistas realizadas. |
| 16. Planejamento Territorial | Elaborar estudos técnicos que subsidiem o Governo do Distrito Federal na elaboração e revisão das políticas públicas de ordenamento territorial e desenvolvimento local. Entender as diferentes realidades socioterritoriais do Distrito Federal. | Elaboração de estudos técnicos para subsidiar a tomada de decisão voltada ao planejamento territorial. |
| 17. Mobilidade Urbana | Realizar estudos, pesquisas e ações no âmbito do transporte público, com vistas à melhoria na mobilidade da população do DF, da Área Metropolitana de Brasília-AMB e Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno-RIDE/DF. | Análise sobre mobilidade, transporte interestadual semiurbano de passageiros. |
| 18. Mapa do Emprego Verde | Realizar o mapeamento das empresas que atuam com infraestrutura verde, energias renováveis e demais negócios que atuam no desenvolvimento sustentável do DF. | Estudos realizados pela equipe técnica da Codeplan e Bolsistas. |



| | | |
|---|---|---|
| 19. Gravidez na Adolescência no Distrito Federal – Uma Análise de 2000 a 2016. | Estudo que discute aspectos do fenômeno da gravidez na adolescência no DF. Análise do perfil demográfico dessas jovens mães e as características epidemiológicas do nascimento de seus filhos e filhas. | Análises realizadas à partir de dados do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde e dados do PDAD do ano de 2018. |
| 20. Informes econômicos mensais | Análise dos indicadores de atividade econômica, preços e mercado de trabalho do Distrito Federal. | Apresentação de 8 informes mensais |
| 21. Produto Interno Bruto do Distrito Federal 2019 | Construção do PIB anual do DF em conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). | Apresentação do PIB DF 2019 |
| 22. Construção do PIB Trimestral do DF | Elaboração de uma metodologia para o cálculo do PIB trimestral do DF. | Cálculo da série histórica e divulgação dos dados do PIB Trimestral do DF. |
| 23. Boletim do PIB da RIDE - DF 2019 | Elaborar análise da evolução do Produto Interno Bruto da Região Integrada de Desenvolvimento do DF (RIDE – DF) de 2019, disponibilizando dados para o comportamento dos setores econômicos. | Elaboração de Boletim Informativo sobre o desempenho econômico da RIDE-DF em 2019. |
| 24. Boletim de Conjuntura do Distrito Federal | Estudo dos principais fatores conjunturais que afetaram a performance da economia do Distrito Federal ao longo dos trimestres e seu efeito sobre o desempenho da atividade econômica. | Apresentação de 4 boletins trimestrais. |
| 25. Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal (Idecon) | No Distrito Federal, a estimativa do PIB possui periodicidade anual e tem uma defasagem de dois anos entre o ano do PIB estimado e o resultado de sua estimativa. Dessa forma, faz-se necessário tentar antecipar os movimentos da economia distrital para desenvolver e aperfeiçoar as políticas públicas. | Cálculo do IDECON trimestral. Foram publicados 4 (quatro) relatórios relativos ao comportamento do Idecon. |
| 26. Boletim de Acompanhamento do IPCA e do INPC do Distrito Federal | Fazer o acompanhamento da evolução dos preços no Distrito Federal, destacando os fatores conjunturais que colaboraram para as variações mensais observadas e os itens que tiveram as maiores oscilações positivas e negativas. | Apresentação do Boletim IPCA e do INPC. |
| 27. Boletins Codeplan COVID-19 | Monitorar a propagação do Coronavírus no Distrito Federal. | Publicação do Boletim CODEPLAN COVID semanal; acompanhamento diário de taxa de contaminação, óbito e recuperação. |
| 28. Projeção COVID 19 – TÉCNICA SIRD | Projeção do COVID 19 para auxílio no acompanhamento da pandemia. | Auxílio no acompanhamento da pandemia, com a utilização da técnica SIRD. |
| 29. Enfrentamento à COVID 19 | Gerar dados e informações que subsidiem à tomada de decisão a respeito das medidas para o enfrentamento da pandemia e no cenário pós-COVID 19. | Geração de dados, debates e artigos sobre a COVID 19. |
| 30. Hábitos de Circulação das Pessoas | Avaliação do impacto da pandemia nos hábitos de circulação dos moradores do Distrito Federal. | Pesquisa para identificar se houve mudança na frequência de visitas em locais selecionados. Pesquisa por meio da central 156. |
| 31. Consulta Pública sobre o II PDPM | A consulta pública teve o objetivo de coletar opiniões da sociedade civil sobre as ações detalhadas em cada eixo temático. Buscou-se, com isso, elementos que indicassem as necessidades e prioridades da população, na trilha da promoção da equidade de gênero. | Foi elaborado um documento de forma sistematizada com os resultados da consulta pública. |
| 32. Panorama das Notificações de Infecções Sexualmente Transmissíveis entre Jovens no DF. | Analisar as infecções sexualmente transmissíveis entre jovens no DF. | Análises sobre o perfil sociodemográfico dos jovens que contraíram infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) no DF, e seus comportamentos sexuais. |
| 33. Perfil dos Profissionais do Sistema Socioeducativo do DF. | Analisar o perfil dos profissionais do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal. | Três relatórios de pesquisa. |
| 34. Trabalho Infantil no DF – Análise para o período entre 2016 e 2019 | Analisar o trabalho infantil no Distrito Federal entre 2016 a 2019. | O estudo apresenta os dados do DF comparados ao Brasil, as características individuais de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil. |
| 35. Diagnóstico da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no DF | Produzir um diagnóstico atualizado da situação da violência sexual contra crianças e adolescentes no DF. | Conjunto de ações para pautar o tema e informar à gestão e à sociedade sobre o assunto. |
| 36. Demanda por Creche | Levantar a demanda por creches no DF | Levantamento da demanda por vagas em creches no DF a partir da projeção de demanda nas regiões administrativas. |
| 37. EGC – Escolas de Gestão Compartilhada no Distrito Federal: Perfil Socioeconômico dos Alunos, Docentes e Infraestrutura Escolar. | Conhecer o perfil socioeconômico dos alunos, docentes e infraestrutura das escolas de gestão compartilhada do DF | Para elaboração do estudo, foi utilizado duas bases de dados da Educação, o Censo Escolar 2019 e os registros de matrículas da Rede Pública no DF, e duas bases de dados da Assistência Social, o Cadastro Único (CadÚnico) e a folha de pagamento do Programa Bolsa Família. |
| 38. Diferenças no uso do tempo entre as mulheres e homens no DF. Resultados preliminares, pesquisa uso do tempo em trabalhos não remunerados. | Entender a alocação do tempo da população do DF, principalmente feminina em comparação à masculina, em tarefas que compõem o leque das atividades compreendidas como trabalho reprodutivo e não remunerado. | Estudo realizado. |
| 39. Estudo sobre Síndrome de Down, Epilepsia e Síndrome Epiléticas Idiopáticas. | O objetivo do estudo é dimensionar o número de pessoas com síndrome de Down, Epilepsia e Síndrome Epiléticas Idiopáticas residentes no DF e identificar características sociodemográficas desses dois grupos, além de traçar algumas das suas necessidades para o desenvolvimento de suas habilidades, potencialidades e autonomia. | Estudo realizado. |



| | | |
|---|--|--|
| 40. Diagnóstico da rede de atendimento a pessoas com transtornos do Espectro Autista. | O objetivo do estudo é identificar, localizar e caracterizar todos os serviços públicos, oferecidos diretamente pelo Estado ou por meio de parcerias com entes privados, que atendem pessoas com espectro autista no DF. Ao final, é esperado que sejam identificadas quais as lacunas na rede de atendimento às pessoas com TEA no DF para que sejam detalhados em cartilhas, mapas e demais documentos oferecidos à população. | Estudo em desenvolvimento |
| 41. Perfil dos Socioeducandos da Semiliberdade, Meio Aberto e suas Trajetórias no Sistema Socioeducativo no DF. | A pesquisa busca identificar o perfil dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa na semiliberdade e meio aberto no DF e compreender as diferentes trajetórias dos adolescentes no sistema socioeducativo. | Executada, em parte, por empresa vencedora de processo licitatório, segue agora com a colaboração de pesquisadores bolsistas da Codeplan. |
| 42. Pessoas com Deficiência (PcD) e Mercado de Trabalho no DF. | O estudo analisa o perfil sociodemográfico, a situação de saúde e a caracterização do subgrupo de pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho no DF. | Para as análises foram utilizados dados do Censo Demográfico de 2010, Pesquisa Nacional de Saúde de 2013 (PNS), Relação Anuais de Informações Sociais entre 2010 e 2018 (RAIS), PED de 2018 e da PDAD de 2018. |
| 43. Políticas Baseadas em Evidências no GDF (Realizado em Parceria com o IPEA) | Elaboração de estudo sobre o panorama do uso de evidências nos órgãos e secretarias do GDF. | Elaborado estudo sobre o panorama do uso de evidências nos órgãos e secretarias do GDF. |
| 44. Pesquisa sobre o Perfil da População em Situação de Rua no DF. | Busca identificar informações do perfil da população em situação de rua no DF. | Identificação do público; revisão literária sobre o tema, elaboração de questionários, contratação de empresa para coleta de dados. |

A Empresa segue as diretrizes de seu Planejamento Estratégico, pautando-se em seu propósito fundamental, sua visão de futuro e em seus princípios elementares, a saber:

Missão

Gerar conhecimento e inovação para aprimorar as políticas públicas do Governo do Distrito Federal e melhorar as condições de vida da população.

Visão

Ser reconhecida como instituição de excelência na produção de estudos, estatísticas e pesquisas sobre políticas públicas do Distrito Federal e RIDE-DF até 2023.

Valores

Valorização dos empregados; Transparência, ética e imparcialidade na elaboração de estudos; Interdisciplinaridade na produção de conhecimento; Estímulo à inovação, pesquisa e desenvolvimento; Parceria com órgãos governamentais e não governamentais; Diálogo com o cidadão.



2.3 Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam os objetivos de políticas públicas:

A exposição a incertezas é um fato comum na gestão de uma empresa e que pode ser adequadamente trabalhada, a fim de evitar surpresas e perdas. Com antecipação adequada, a mitigação a possíveis impactos negativos pode reduzir ou ainda impedir a elevação de custos operacionais. O alinhamento das metas, planos e estratégias à forma assertiva na condução dessas incertezas, garantirá à Codeplan fortalecer-se no cumprimento de seus objetivos, missão e valores, pauta principal no contexto da gestão de riscos como um todo.

Após a apresentação da Agenda Estratégica 2020-2025 no início do ano de 2021, percebeu-se que dois riscos então identificados se mantiveram e se aprofundaram: a inadequação institucional e a dificuldade de recomposição do quadro de empregados.

Como indicado na sua última Agenda Estratégica, existem contradições entre o modelo de empresa pública que regula a CODEPLAN e sua dependência de recursos do Tesouro do Distrito Federal, gerando instabilidade institucional. O Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF vem apontando, desde 2004, a necessidade de alteração da natureza jurídica da Companhia, tendo em vista o crescimento dos repasses do Tesouro Distrital, aliado à ausência de receitas operacionais.

Ações foram realizadas no sentido de mitigar esse risco: em dezembro de 2019, a direção da Organização enviou o Projeto de Lei No 809/2019 à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, com a proposta de criação de um instituto, no formato de autarquia, tal como outras instituições de pesquisa nacionais. Nesse projeto, os empregados manteriam seu vínculo empregatício com a Codeplan, mas seriam cedidos a esse instituto. A expectativa para o ano de 2020 era a realização de audiências públicas e análise do projeto nas comissões permanentes da Casa, o que não ocorreu face o início da pandemia da corona vírus. Entretanto, independentemente desse contexto, a diretoria da Empresa e seus empregados, representados



pela Comissão de Empregados, mantiveram o diálogo e o debate em torno do projeto, visando seu aprimoramento, ao longo do primeiro semestre de 2021.

Os frutos desse debate, entre direção e empregados, foram absorvidos em Projeto de Lei substitutivo ao PL No 809/2019, entregue à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal. Dentre as alterações acordadas restou estabelecida a criação de uma carreira específica de servidores para compor a força de trabalho da Companhia, com a realização futura de concurso público, ação que servirá para a fazer frente ao segundo risco identificado na análise de cenário: a necessidade de renovação e recomposição do quadro de empregados.

Na Agenda Estratégica 2020-2025, um terceiro risco, não exclusivo à Codeplan, também foi identificado: insuficiência no financiamento da realização das pesquisas, no âmbito das quais se encontram gastos altos, tais como a realização de trabalho de campo, a licença de softwares específicos de processamento, etc.

Entretanto, ao se fazer a análise dos dados financeiros da Empresa, ao longo dos anos 2018, 2019, 2020 e 2021, é possível perceber que a Codeplan não apenas aumentou sua execução orçamentária como também recebeu mais aportes orçamentários, seja do orçamento geral do Governo do Distrito Federal, seja da Câmara Legislativa do Distrito Federal, por meio de emendas de deputados distritais.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

| FONTE | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|--------------|-------------------------|----------------------|-------------------------|-------------------------|
| GDF | R\$ 1.215.465,92 | R\$ 64.000,00* | R\$ 2.439.425,00 | R\$ 5.117.202,00 |
| CLDF | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 351.000,00 | R\$ 1.140.000,00 |
| TOTAL | R\$ 1.215.465,92 | R\$ 64.000,00 | R\$ 2.439,776,00 | R\$ 6.257.202,00 |

* O valor total empenhado foi R\$ 487.000,00 – que entrou, em sua maior parte, como restos a pagar no ano seguinte.



O aumento da execução orçamentária com pesquisa, estudos e estatísticas foi de R\$ 1.215.465,92, em 2018, para R\$ 6.257.202,00, em 2021, apontando um aumento de 514%. Em 2020, a Codeplan recebeu emendas parlamentares para realização de pesquisa, um feito inédito na história da empresa. No primeiro ano, o valor total das emendas destinadas foi de R\$ 351.000,00; em 2021, de R\$ 1.140.000,00, representando um salto de 324%.

Não há risco de insuficiência de recursos financeiros para a realização das pesquisas, em razão da Empresa ter conseguido fazer a entrega de produtos de qualidade, e em tempo ágil, o que aumenta a confiança depositada na empresa por secretarias de governos e deputados distritais, que demandam mais pesquisas e enviam mais aportes orçamentários.

O objetivo estratégico atual é o de criar as condições para a transformação da Codeplan em uma *think tank* governamental, contribuindo para a inovação da gestão e o desenvolvimento econômico e social sustentável do Distrito Federal por meio da produção de conhecimento e estatísticas e da sistematização e disseminação de dados e informações.

Os novos desafios impostos ao GDF passam pela transformação da capital do Brasil em uma cidade inteligente e sustentável. Nesse sentido, a Codeplan tem papel importante ao produzir e disseminar dados e informações, estudos e análises sociais, econômicas, demográficas, cartográficas, urbanas, regionais e ambientais; analisar e avaliar o impacto das políticas públicas para o GDF e sociedade, fornecendo dados de qualidade para o debate de políticas públicas e o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal.

2.4 Recursos para custeio das políticas públicas:

A Codeplan é uma empresa pública de direito privado, que presta serviços de interesse social, por meio da realização de estudos e pesquisas socioeconômicas, urbano e ambientais e de análise de políticas públicas. Para desenvolver tais competências estatutárias, a Companhia mantém-se com recursos originários do Tesouro Distrital. Registra-se que tal condição de total



dependência financeira, ocorreu a partir da retirada das suas atividades de prestação de serviços de Tecnologia da Informação ao Governo do Distrito Federal, única fonte de receita própria da Empresa.

2.5 Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas:

Inobstante às dificuldades e incertezas trazidas pela pandemia, nos exercícios de 2020 e 2021, a Codeplan desenvolveu suas atividades a contento, conforme relatado no item 2.2 da presente Carta.

Os indicadores de resultados decorrentes das atividades voltadas às políticas públicas, as quais objetivamente justificam a decisão de investimentos, originam-se das diversas referências aos trabalhos da Codeplan nas ações realizadas por vários órgãos do GDF, principais demandantes das informações disponibilizadas pela Companhia e superaram o índice desejado, conforme disposto no quadro a seguir.

| Indicadores de Desempenho por Programa de Governo | | | | | | | | | | | | | |
|---|------------|---------------------|------------|---------|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------|---------------|---|
| Indicador | Unidade | Índice mais recente | Apurado | Período | Desej 1º Ano | Alcanç 1º Ano | Desej 2º Ano | Alcanç 2º Ano | Desej 3º Ano | Alcanç 3º Ano | Desej 4º Ano | Alcanç 4º Ano | Fonte |
| 10461 - PERCENTUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS AVALIADAS E PUBLICADAS | PERCENTUAL | | 01/01/2001 | Anual | 100 | 100 | 100 | 100 | 100,00- | | 100,00- | | DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS DIPOS, DA CODEPLAN |
| Justificativa: 2020 - Das demandas solicitadas para CODEPLAN todas as análises foram realizadas e dentro do prazo esperado. 2021 - TOTAL = 25 Demandas.DIEP55 - Demandas- Impacto da COVID-19 na Economia do DF- O Papel da CLDF no DF/DIPOS20 - Demandas9 - Estudos demandados por órgão do GDF- Gravidez na adolescência no Distrito Federal- Panorama das Notificações de Infecções Sexualmente Transmissíveis entre Jovens no DF- Perfil dos Profissionais do Sistema Socioeducativo do DF- Demanda por creche I - Estudo solicitado por representantes do legislativo.- Estudo sobre Síndrome de Down, epilepsia e síndromes epilépticas idiópatias 1 - Estudos realizados com órgãos de pesquisa parceiros (IPEA)- Políticas baseadas em Evidências no GDF9 - Estudos, estatísticas ou pesquisas sobre DF e RIDE-DF- Gravidez na adolescência no Distrito Federal- Migração Interna no DF- Panorama das Notificações de Infecções Sexualmente Transmissíveis entre Jovens no DF. | | | | | | | | | | | | | |
| 10451 - QUANTIDADE DE ESTUDOS E PESQUISAS PRODUZIDOS E PUBLICADOS | UNIDADE | 69 | 01/12/2018 | Anual | 69 | 148 | 138 | 219 | 207,00 - | | 276,00- | | CODEPLAN/DIRETORIAS FINALÍSTICAS (DIEPS, DEURA E DIPOS) |
| Justificativa: 2020 - Apesar da pandemia o índice desejado foi superado em 114,50%, especialmente os dados do COVID-19. 2021 - Foram publicados 219 estudos e pesquisas, sendo 51 Boletins do COVID-19 | | | | | | | | | | | | | |

Em 2021, foi encerrado o Plano de Desligamento Voluntário, com adesão de 87 empregados. Assim a força de trabalho geral da Companhia passou a ser composta por 377 colaboradores, dispostos nos seguintes cargos: 01 presidente, 04 diretoras; 289 empregados da tabela permanente, 52 empregados em cargos de comissão e 31 estagiários. Dos 289 colaboradores da Tabela de Emprego Permanente, 102 estão cedidos para outros órgãos.



2.6 Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho

O modelo orçamentário utilizado pela gestão pública brasileira é definido na Constituição Federal de 1988. Compõe-se de três instrumentos: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A Codeplan, como Empresa pública integrante da administração indireta do DF, está inserida nesse modelo.

Os indicadores de resultados decorrentes das atividades voltadas às políticas públicas, as quais objetivamente justificam à decisão de investimentos, originam-se das diversas referências aos trabalhos da Codeplan nas ações realizadas por vários órgãos do GDF, principais demandantes das informações disponibilizadas pela Companhia e superaram o índice desejado, conforme disposto no quadro a seguir.

| Indicadores de Desempenho por Programa de Governo | | | | | | | | | | | | | |
|---|------------|---------------------|------------|---------|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------|---------------|---|
| Indicador | Unidade | Índice mais recente | Apurado | Período | Desej 1º Ano | Alcanç 1º Ano | Desej 2º Ano | Alcanç 2º Ano | Desej 3º Ano | Alcanç 3º Ano | Desej 4º Ano | Alcanç 4º Ano | Fonte |
| 10461 - PERCENTUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS AVALIADAS E PUBLICADAS | PERCENTUAL | | 01/01/2001 | Anual | 100 | 100 | 100 | 100 | 100,00- | | 100,00- | | DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS DIPOS, DA CODEPLAN |
| Justificativa: 2020 - Das demandas solicitadas para CODEPLAN todas as análises foram realizadas e dentro do prazo esperado. 2021 - TOTAL = 25 Demandas.DIEPSS - Demandas- Impacto da COVID-19 na Economia do DF- O Papel da CLDF no DFDIPOS20 - Demandas9 — Estudos demandados por órgão do GDF- Gravidez na adolescência no Distrito Federal- Panorama das Notificações de Infecções Sexualmente Transmissíveis entre Jovens no DF- Perfil dos Profissionais do Sistema Socioeducativo do DF-Demanda por creche I — Estudo solicitado por representantes do legislativo.-Estudo sobre Síndrome de Down, epilepsia e síndromes epilépticas idiopáticas I - Estudos realizados com órgãos de pesquisa parceiros (IPBA)- Políticas baseadas em Evidências no GDF9- Estudos, estatísticas ou pesquisas sobre DF e RIDE-DF- Gravidez na adolescência no Distrito Federal- Migração Interna no DF- Panorama das Notificações de Infecções Sexualmente Transmissíveis entre Jovens no DF. | | | | | | | | | | | | | |
| 10451 - QUANTIDADE DE ESTUDOS E PESQUISAS PRODUZIDOS PUBLICADOS | UNIDADE | 69 | 01/12/2018 | Anual | 69 | 148 | 138 | 219 | 207,00 - | | 276,00- | | CODEPLAN/DIRETORIAS FINALÍSTICAS (DIEPS, DEURA E DIPOS) |
| Justificativa:2020 - Apesar da pandemia o índice desejado foi superado em 114,50%, especialmente os dados do COVID-19.2021 - Foram publicados 219 estudos e pesquisas, sendo 51 Boletins do COVID-19 | | | | | | | | | | | | | |

Os quadros abaixo apresentam informações extraídas do Sistema Integrado de Gestão Governamental - SIGGo/DF, quanto à execução orçamentária e financeira das despesas liquidadas pela empresa. Como a programação orçamentária é organizada em um conjunto de códigos denominado “Programas de Trabalho”, os dados a seguir estão classificados por Programa e Ação:



| 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS | | | | |
|---|-------------------|---------------------------|---------------------|---------------------|
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | |
| Ação/Subtítulo | Lei | Despesa Autorizada | Empenhado | Liquidado |
| 2912- Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, Urbanas e Ambientais | 948.002,00 | 5.847.202,00 | 4.044.271,45 | 3.471.126,70 |
| 0001 - Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, Urbanas e Ambientais--DF ENTORNO | 10.002,00 | 5.227.202,00 | 3.589.846,45 | 3.136.546,71 |
| 0005 - REALIZAÇÃO DE PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS NO DF | 100.000,00 | 200.000,00 | 62.100,00 | 35.879,99 |
| 0006 - REALIZAÇÃO DE PESQUISAS SOCIOECONOMICAS, URBANAS E AMBIENTAIS DO DISTRITO FEDERAL | 438.000,00 | 220.000,00 | 192.325,00 | 98.700,00 |
| 0007 - Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, Urbanas e Ambientais - DF e Entorno | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 |
| 0008 - ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS, URBANAS E AMBIENTAIS - DF E ENTORNO | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3069 - DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS SIEDF | 1,00 | 1,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0003 - DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS - SIEDF--DISTRITO FEDERAL | 1,00 | 1,00 | 0,00 | 0,00 |
| 4105 - Estudos, Análises, Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas Estratégicas | 3,00 | 3,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0001 - Estudos, Análises, Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas Estratégicas--DF ENTORNO | 3,00 | 3,00 | 0,00 | 0,00 |
| 9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRO A ENTIDADES | 0,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 |
| 0098 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-APOIO A ENTIDADES PARA ENTIDADES PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISAS SÓCIOECONOMICAS, URBANAS E AMBIENTAIS DO DISTRITO FEDERALDISTRITO FEDERAL | 0,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 |
| TOTAL - 6203 GESTÃO PARA RESULTADOS | 948.006,00 | 6.047.206,00 | 4.244.271,45 | 3.671.126,70 |

| 6211 - DIREITOS HUMANOS | | | | |
|---|-------------------|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | |
| Ação/Subtítulo | Lei | Despesa Autorizada | Empenhado | Liquidado |
| 3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS | 680.000,00 | 320.000,00 | 252.000,00 | 252.000,00 |
| 6203 - PRODUÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS | 360.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ação/Subtítulo | Lei | Despesa Autorizada | Empenhado | Liquidado |
| 6204 - REALIZAÇÃO DE PESQUISAS SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA | 320.000,00 | 320.000,00 | 252.000,00 | 252.000,00 |
| TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS | 680.000,00 | 320.000,00 | 252.000,00 | 252.000,00 |



| 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL | | | | |
|--|---------------------|---------------------------|----------------------|----------------------|
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | |
| Ação/Subtítulo | Lei | Despesa Autorizada | Empenhado | Liquidado |
| 9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS | 1.505.001,00 | 6.905.001,00 | 6.208.071,63 | 6.208.071,63 |
| 0019 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS- COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL | 1.505.001,00 | 6.905.001,00 | 6.208.071,63 | 6.208.071,63 |
| 9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL | 6.100.000,00 | 11.300.000,00 | 11.102.210,34 | 11.102.210,34 |
| 0045 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL- COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL | 6.100.000,00 | 11.300.000,00 | 11.102.210,34 | 11.102.210,34 |
| 9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 5.001,00 | 5.001,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0017 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-- DISTRITO FEDERAL | 5.001,00 | 5.001,00 | | |
| TOTAL - 0001 PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL | 7.610.002,00 | 18.210.002,00 | 17.310.281,97 | 17.310.281,97 |



| 8203 – GESTÃO DE RESULTADOS – GESTÃO E MANUTENÇÃO | | | | |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Execução Orçamentaria e Financeira | | | | |
| Ação/Subtítulo | Lei | Despesa Autorizada | Empenhado | Liquidado |
| 1471 – MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO | 1.000,00 | 80.100,00 | 25.673,00 | 25.673,00 |
| 0044 – MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - DF | 1.000,00 | 801.000,00 | 25.673,00 | 25.673,00 |
| 2396 – CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS | 150.000,00 | 250.000,00 | 130.434,25 | 126.184,25 |
| 0033 – CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – PLANO PILOTO | 150.000,00 | 250.000,00 | 130.434,25 | 126.184,25 |
| 2422 – CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO | 300.001,00 | 330.001,00 | 330.001,00 | 284.338,06 |
| 0007 – CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – DF | 300.001,00 | 330.001,00 | 330.001,00 | 284.338,06 |
| 2557 – GESTÃO DA INFORMAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 10.001,00 | 300.001,00 | 299.998,44 | 299.998,44 |
| 0043 – GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – DF | 10.001,00 | 300.001,00 | 299.998,44 | 299.998,44 |
| 3903 – REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS | 1,00 | 1,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0035 – REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - DF | 1,00 | 1,00 | 0,00 | 0,00 |
| 8502 – ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL | 99.627.609,00 | 88.627.609,00 | 88.325.788,82 | 88.325.788,82 |
| 0042 – ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – DF | 99.627.609,00 | 88.627.609,00 | 88.325.788,82 | 88.325.788,82 |
| 8504 – CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES | 9.125.788,00 | 10.082.788,00 | 9.980.009,75 | 9.535.683,34 |
| 0039 – CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES DA CODEPLAN - DF | 9.125.788,00 | 10.082.788,00 | 9.980.009,75 | 9.535.683,34 |
| 8517 – MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS | 3.636.457,00 | 3.725.400,00 | 3.549.511,62 | 3.188.727,55 |
| 0104 – MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - DF | 3.636.457,00 | 3.725.400,00 | 3.549.511,62 | 3.188.727,55 |
| 4088 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES | 1,00 | 1,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0033 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – DF | 1,00 | 1,00 | 0,00 | 0,00 |
| 6057 – REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL | 0,00 | 2.700.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0006 – REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – DISTRITO FEDERAL | 0,00 | 2.700.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 8505 – PUBLICIDADE E PROPAGANDA | 30.000,00 | 30.000,00 | 19.741,44 | 14.788,96 |
| 0029 – PUBLICIDADE E PROPAGANDA – INSTITUCIONAL – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL | 30.000,00 | 30.000,00 | 19.741,44 | 14.788,96 |
| TOTAL - 8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS GESTÃO E MANUTENÇÃO | 112.880.858,00 | 106.846.801,00 | 102.661.158,32 | 101.801.182,42 |



A Lei Orçamentária Anual nº 6.778, de 06 de janeiro de 2021 - Estimou a Receita e fixou a Despesa para o Distrito Federal, exercício 2021, destinou, inicialmente, dotação orçamentária para a Companhia na importância de R\$ 122.118.866,00 (cento e vinte e dois milhões, cento e dezoito mil oitocentos e sessenta e seis reais). Ao longo do exercício 2021 ocorreram suplementações e cancelamentos/bloqueios, que resultaram em despesas autorizadas no montante de R\$ 131.424.009,00 (cento e trinta e um milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil e nove reais), conforme quadro demonstrativo a seguir.

DEMONSTRATIVO DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO 2021

| Rubrica | Tesouro | Outras Fontes | Total |
|------------------------------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| Dotação Inicial | 122.118.866,00 | 0,00 | 122.118.866,00 |
| Acréscimo/Redução/Bloqueio | 7.826.200,00 | 1.478.943,00 | 9.305.143,00 |
| (*) Dotação Suplementar | 28.247.200,00 | 0,00 | 28.247.200,00 |
| Crédito adicional - suplementar | 28.247.200,00 | 0,00 | 28.247.200,00 |
| Excesso de Arrecadação | 0,00 | 1.478.943,00 | 1.478.943,00 |
| (-) Cancelamentos/Bloqueios | 20.421.000,00 | 0,00 | 20.421.000,00 |
| Dotação p/crédito suplementar | 19.653.000,00 | 0,00 | 19.653.000,00 |
| Dotação p/crédito especial | 768.000,00 | 0,00 | 768.000,00 |
| Bloqueios | | 0,00 | 0,00 |
| DOTAÇÃO AUTORIZADA | 129.945.066,00 | 1.478.943,00 | 131.424.009,00 |

A Codeplan realizou despesas no montante de R\$ 124.467.711,74 (cento e vinte e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, setecentos e onze reais e setenta e quatro centavos), o que corresponde a execução de 94,71% da despesa autorizada para o exercício de 2021.

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA X DESPESA REALIZADA

| Categorias Econômicas | Autorizada | Realizada | % Realização |
|--------------------------------|-----------------------|-----------------------|--------------|
| 3 - Despesas Correntes | 130.612.009,00 | 124.442.038,74 | 95,28 |
| 1 - Pessoal e Encargos Sociais | 101.427.609,00 | 100.387.627,71 | 98,97 |
| 3 - Outras Despesas Correntes | 29.184.400,00 | 24.054.411,03 | 82,42 |
| 4 - Despesas de Capital | 812.000,00 | 25.673,00 | 3,16 |
| 4 - Investimentos | 812,00 | 25.673,00 | 3,16 |
| TOTAL | 131.424.009,00 | 124.467.711,74 | 94,71 |



Ao compararmos a variação percentual da despesa executada no exercício em questão, em relação ao anterior, fica evidenciado um acréscimo na execução da despesa na ordem de 3,52% de 2020 para 2021, conforme demonstrado na tabela a seguir:

EVOLUÇÃO DA DESPESA REALIZADA 2021/2020

| Categorias Econômicas | 2021 | 2020 | % |
|--------------------------------|-----------------------|-----------------------|-------------|
| 3 - Despesas Correntes | 124.442.038,74 | 117.403.034,41 | 6 |
| 1 - Pessoal e Encargos Sociais | 100.387.627,71 | 102.195.192,33 | -1,77 |
| Despesas Realizadas | 100.387.627,71 | 102.195.192,33 | -1,77 |
| 3 - Outras Despesas Correntes | 24.054.411,03 | 15.207.842,08 | 58,17 |
| Despesas Realizadas | 24.054.411,03 | 15.207.842,08 | 58,17 |
| Despesas de Capital | 25.673,00 | 57.367,60 | -55,25 |
| Investimento | 25.673,00 | 57.367,60 | -55,25 |
| Total das Despesas Realizadas | 124.467.711,74 | 117.460.402,01 | 5,97 |
| Valores em Liquidação | 0,00 | 2.085.619,08 | -100 |
| Restos a Pagar Não Processadas | | 690.802,73 | -100 |
| TOTAL | 124.467.711,74 | 120.236.823,82 | 3,52 |

No que tange à variação patrimonial, que reflete as alterações resultantes e independentes da execução orçamentária, tem-se que durante o exercício financeiro de 2021, o total das variações patrimoniais diminutivas da Companhia foram inferiores as variações patrimoniais aumentativas, apresentando um superávit (Resultado Positivo), no valor de R\$ 10.346.341,03 (dez milhões, trezentos e quarenta e seis mil trezentos e quarenta e um reais e três centavos), conforme demonstrado na tabela abaixo.



DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO PATRIMONIAL

| Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA | 2021 | 2020 |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras | 28.557,79 | 4.388,37 |
| Transferências Intragovernamentais (Repasse Recebido) | 122.073.431,26 | 116.896.236,77 |
| Transferências Recebidas | 3.864.983,74 | 269.368,23 |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | 13.488.913,16 | 2.490.169,66 |
| Total VPA | 139.455.885,95 | 119.660.163,03 |
| Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD | | |
| Pessoal e Encargos Sociais | 102.726.770,07 | 109.685.696,51 |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 59.127,48 | 51.258,00 |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | 22.719.910,51 | 15.637.337,18 |
| Transferências Intragovernamentais - INTRA OFSS | 1.407.472,67 | 616.834,09 |
| Desvalorização e Perda de Ativos | 0,00 | 10.740,15 |
| Tributárias | 116.539,50 | 76.368,91 |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | 2.079.724,69 | 212.130,13 |
| Total - VPD | 129.109.544,92 | 126.290.364,97 |
| Resultado Patrimonial | 10.346.341,03 | -6.630.201,94 |

Devido a total dependência da empresa ao Tesouro Distrital, o Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, desde 2004, tem recomendado quanto à necessidade de se revisar o modelo institucional da empresa, por meio da alteração de sua natureza jurídica, tendo em vista o crescimento dos repasses do Tesouro Distrital, aliado à ausência de receitas operacionais.

Com a alteração da natureza jurídica descrita no item 2.3, a Codeplan poderá avançar na otimização dos recursos públicos que utiliza, uma vez que a renovação dos servidores se dará por meio do regime estatutário, o que minimizará os gastos com pessoal e encargos sociais, além de contribuir para a diminuição do volume de ações trabalhistas, ao longo do tempo. Há o planejamento de se adotar estas medidas, a fim de se minimizar dispêndios sem, contudo, perder em produtividade e excelência.



2.7 Políticas e práticas de governança corporativa

Integram a Administração Superior da Codeplan a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Colegiada. Mecanismos que ampliem a transparência e governança destes órgãos colegiados vêm sendo adotados pela Empresa. Entretanto, há que se observar que nem todas as exigências da Lei Federal nº 13.303/16, no que tange a esse aspecto aplicam-se à Codeplan. Segundo o Parecer nº 897/2017 - PRCON/PGDF,

"No caso do regime societário, há uma aplicação apenas parcial da lei se a Empresa pública e a sociedade de economia mista tiverem, em conjunto com suas respectivas subsidiárias, no exercício social anterior, receita operacional bruta inferior a R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), doravante denominadas Empresas estatais de menor porte, caso em que se encontra a NOVACAP.

Neste último caso, então, não se aplicam as regras sobre administração, controlador, conselhos e comitês, mas se aplicam apenas os artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 11, 12 e 27. Deu-se ao poder público o direito de criar regras de governança para tais Empresas. O Distrito Federal editou regras específicas para a governança das Empresas estatais de menor porte por meio do Decreto 37.767/2017, também aplicável ao âmbito das Empresas estatais do Distrito Federal.

Assim, a aplicação do regime societário para as Empresas estatais de menor porte se dará pela conjugação dos dispositivos aplicáveis por força da Lei nº 13.303/2016 com os dispositivos do decreto distrital 37.767/2017.

...

Com a Lei nº 13.303/2016, o comitê de auditoria estatutária tem reforçada sua função e imposta sua previsão estatutária para as sociedades de grande porte. Para as estatais de menor porte, sua criação é facultativa. No caso do Distrito Federal, o Decreto nº 37.967/2017 (art. 5º, III) manteve o critério da facultatividade para as estatais de menor porte, cuja conveniência e



oportunidade deverá ser analisada pela administração superior do Distrito Federal.

...

O comitê de elegibilidade é responsável pela verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal, com competência para auxiliar o acionista controlador na indicação desses membros. No Distrito Federal, tal órgão será obrigatório apenas para as estatais de maior porte, sendo facultativo nas estatais de menor porte (Decreto 37.967/2017 - art. 4º, II)."

Não obstante, ainda que a Codeplan não tenha estabelecido um Comitê de Auditoria e um Comitê de Elegibilidade devido ao seu pequeno porte, várias outras ações foram adotadas a fim de se viabilizar uma administração com boas práticas de governança corporativa.

Em atendimento aos dispositivos da Lei das Estatais e regulamentações pertinentes, foi estabelecido nos artigos 6º e 7º de seu Estatuto Social a área de Conformidade e Gestão de Riscos, além de um setor de Auditoria Interna, vinculado ao Conselho de Administração, como órgão de apoio, conforme estrutura organizacional definida no art. 14 no Estatuto Social de 2021.

No que diz respeito à instituição formal de um Programa de Integridade, foram editadas as Resoluções: nº 72/2018, de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Política de Integridade, Conformidade e Gestão de Riscos e nº 70/2018, de 26 de junho de 2018, que dispõe sobre o Código de Conduta e Integridade, com mecanismo de consulta prévia para solução de dúvidas sobre a aplicação do Código e definição das orientações em casos concretos, ambas aprovadas pelo Conselho de Administração, e amplamente divulgadas a seus empregados, dirigentes e colaboradores. A companhia possui, ainda, um Canal de Denúncia disponibilizado em sítio eletrônico.

Destacam-se, ainda, as Políticas de Gestão de Riscos, de Distribuição de Dividendos, de



Divulgação de Informações e de Porta-Vozes, bem como a de Transações com Partes Relacionadas, a fim de evitar e advertir sobre a ocorrências eventuais conflitos de interesses, preservando sua imagem corporativa e fortalecendo suas unidades internas.

Com o apoio da Assessoria de Comunicação, unidade diretamente vinculada à Presidência, a instituição manteve, em 2021, seus canais de comunicação interna e externa, marcando presença nas redes sociais, por meio do Facebook, Twitter e Instagram, o que aumentou o acesso ao seu site institucional, e conseqüentemente a todos os trabalhos ali publicados, possibilitando maior proximidade dos órgãos do complexo administrativo do Governo do Distrito Federal e da sociedade com a Companhia.

As nomeações de membros da Diretoria, bem como dos Conselhos Fiscal e de Administração são precedidas de análise técnica e individualizada seguindo os ditames das regras da Lei Federal nº 13.303/16.

2.8 Estruturas de controle interno, integridade e conformidade e Gerenciamento de Riscos:

A estrutura de controle interno da Companhia é formada pela Controladoria, Ouvidoria e pelas áreas de Auditoria Interna e de Conformidade e Gestão de Riscos. Há ainda o Conselho Fiscal, órgão colegiado de Administração Superior, responsável por acompanhar e fiscalizar a gestão orçamentária e financeira da empresa. Organizados desta forma, cada área/órgão possui atribuições específicas, contudo integradas entre si, a fim de auxiliar a empresa no alcance de seus objetivos.

As áreas de Auditoria Interna e de Conformidade e Gestão de Riscos foram criadas em atendimento à Lei Federal nº 13.303/16, com o propósito de oferecer suporte à consecução das exigências dispostas na referida norma e nos princípios de integridade e conformidade.

As demais áreas/órgãos de controle interno (Controladoria, Ouvidoria e Conselho Fiscal), agregaram funções/atividades, com a finalidade de melhor contribuir para a adequação



da Companhia à Lei das Estatais e demais normativos relacionados à controle interno e gerenciamento de riscos.

A Codeplan tem adotado medidas para estruturar os processos de avaliação de riscos de forma corporativa, a fim de minimizar a materialização de eventos que possam vir a impactar negativamente sua missão, seus objetivos estratégicos, e seus produtos e, por conseguinte, garantir o provimento de informações fidedignas e transparentes à sociedade.

Além da instituição das áreas de Auditoria Interna e de Conformidade e Gestão de Riscos, novas exigências também foram estabelecidas no Estatuto Social da empresa, quanto ao perfil dos membros da alta administração. Todos os atuais diretores da empresa participaram, quando da posse, dos treinamentos específicos constantes do § 4º, inciso V, art. 17, da Lei nº 13.303/16.

Em relação às ações de gestão de riscos, em 2021, a Companhia além de concretizar seu Programa de Integridade, concluindo o mapeamento de seus principais riscos e implantando novos controles, que incluem um plano de comunicação e ações de capacitação, iniciou, com o apoio da Controladoria Geral do Distrito Federal – CGDF, a aplicação da Gestão de Riscos Corporativos em dois macroprocessos: i) Licitações e Contratos e ii) Seleção de Bolsistas. A partir de então, os demais processos/setores da Companhia, entendidos como necessários pela Direção, terão seus riscos mapeados e monitorados, integrando a Matriz de Riscos Corporativos globais da organização.

2.9 Diretrizes de remuneração:

Nos termos do inciso X do artigo 19 do Estatuto Social da Codeplan, a remuneração dos integrantes dos órgãos da Administração e dos membros do Conselho Fiscal é fixada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais contidas no artigo 152 da Lei federal nº 6.404,



de 1976; nos Decretos nºs 28.113 e 28.556 de 2007, Decreto nº 31.849/10 e inciso X do artigo 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal. A remuneração de administradores não sofre alterações pelo atendimento de metas ou indicadores de atuação, individuais ou coletivos.

Quanto à remuneração dos empregados, por sua vez, é fixada pelo Plano de Cargos e Salários (PCS) da Empresa, sofrendo alterações apenas quando da aplicação dos dispositivos previstos no PCS e no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), na periodicidade neles indicada.

Considerando que a Empresa não desenvolve atividade econômica ou prestação de serviços remunerada, o que a torna totalmente dependente do Orçamento Geral do Distrito Federal, não há distribuição de lucros ou o pagamento de gratificações/bônus com base em resultados.

2.10 Descrição da composição e da remuneração da administração

Com lastro nos artigos 152 e 162 da Lei nº 6.404/1976, combinado com o inciso X do artigo 19 de seu Estatuto Social, a Codeplan adota, para seus Administradores e Conselheiros Fiscais, o modelo de remuneração estabelecido nos Decretos nºs 28.113/2007 e 31.849/2010. Desde então, o valor da remuneração do Presidente é de R\$ 15.174,47 (quinze mil, cento e setenta e quatro reais e quarenta e sete centavos). Os demais diretores percebem 90% (noventa por cento) da remuneração do dirigente máximo, tendo, por consequência, sua remuneração estabelecida em R\$ 13.657,02 (treze mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e dois centavos). Exceção se faz àqueles com vínculo efetivo em órgãos públicos ou na própria Codeplan, caso em que percebem 55% do valor do cargo.

Os Conselheiros, de Administração e Fiscal, que se reúnem ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seus presidentes, percebem a importância de R\$ 2.792,10 (dois mil, setecentos e noventa e dois reais e dez centavos), que corresponde a 20% (vinte por cento) da remuneração mensal média dos diretores.



Para fins de transparência e com fulcro no inciso III, art. 8º da Lei nº 13.303/16, a tabela com a composição e remuneração de presidentes e diretores, assim como a de conselheiros da Codeplan encontra-se disponível no site da Companhia: <https://www.codeplan.df.gov.br/remuneracao-da-administracao-superior-2/>

2.11 Comentários dos administradores:

Nos seus 55 anos de atividades a Companhia tem produzido e disseminado informações, estudos e análises sociais, econômicas, demográficas, cartográficas, urbanas, regionais e ambientais, analisando e avaliando políticas públicas para subsidiar ações do Governo do Distrito Federal em prol da sociedade.

Alinhada com seus objetivos sociais, a Companhia, além de criar fóruns de debates e lançar publicações relacionadas ao tema, produz e dissemina informações, estudos e análises do Distrito Federal e sua Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE.

Ao longo de sua existência a Empresa vem buscando atuar com inovação modernização, credibilidade, ética, transparência e imparcialidade, valorizando seus empregados e colaboradores, promovendo o respeito a eficiência e a cordialidade com seus usuários; estimulando a diversidade de ideias; buscando interdisciplinaridade na produção de conhecimento e parceria com órgãos governamentais e não governamentais; promovendo gestão dialogada, participativa e comprometida com a Instituição e com a população.

O papel institucional da Codeplan é tipicamente de interesse de Estado, cujos serviços, em sua maioria, são de utilização pelo Governo do Distrito Federal, para o estabelecimento de políticas públicas amparadas em informações concretas, atualizadas e confiáveis.

Fator determinante para a mudança institucional da Codeplan reside na dependência de recursos do Tesouro. Tal dependência comunga com a sua missão de “gerar conhecimento e inovação para aprimorar as políticas públicas do Governo do Distrito Federal e melhorar as



condições de vida da população”. Portanto, a Codeplan necessita de apoio governamental para realizar mudanças estruturais na sua forma de constituição – natureza jurídica, tendo como modelo outras instituições de pesquisa nacionais, tais como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O negócio de uma empresa é o que sua missão define. Os resultados estão voltados a subsidiar o Governo do Distrito Federal para que este possa promover ambiente favorável ao desenvolvimento de negócios e à geração de emprego e renda e, o planejamento, ordenamento e regularização territorial de forma integrada e sustentável no Distrito Federal. O foco é garantir o atendimento ágil ao GDF e sociedade, promovendo conhecimento e inovação, modernização e competitividade de gestão; alcançar a autonomia financeira e administrativa, conquistando a excelência na prestação de serviços; ampliar a integração interinstitucional; aprimorar a comunicação e a imagem institucional; e, fortalecer os mecanismos de produção e disseminação de políticas públicas.

A Codeplan firma-se no âmbito do Governo do Distrito Federal como instituição de planejamento, pesquisa, análise e estudos voltados à implementação e acompanhamento de políticas públicas, ao divulgar inúmeros estudos e pesquisas, produzir boletins, informes econômicos, notas técnicas e textos para discussão, publicar dezenas de artigos nos principais jornais do país e do Distrito Federal. Ademais, realiza diversas pesquisas de avaliação de políticas públicas e celebra parcerias e acordos de colaboração técnica com órgãos governamentais e não governamentais.

O ano de 2021 foi marcado pelas mudanças na dinâmica de trabalho da Companhia em razão da crise sanitária causada pela COVID 19, bem como em razão do fortalecimento institucional, que trouxe um volume expressivo de demandas, exigindo aprimoramento das rotinas internas. Mesmo com as imensas dificuldades impostas pela pandemia de corona vírus,



em sua segunda onda, a Companhia realizou grandes feitos conforme relatado ao longo desta missiva.

Destaca-se, ainda, a criação do Programa de Bolsas CODEPLAN que alterou a dinâmica de realização de estudos ao possibilitar a ágil seleção de pesquisadores para auxiliar em grandes projetos, sob a coordenação das equipes técnicas da Companhia. Apenas em 2021, foram realizadas nove seleções de pesquisadores de excelência em suas áreas.

Um ciclo virtuoso se apresenta como oportunidade: maior a quantidade de estudos técnicos e pesquisas apresentadas, mantendo a qualidade dos produtos finais, maior a demanda que a Companhia recebe de parceiros institucionais — secretarias de estado de governo, deputados distritais, institutos de ciência e tecnologia, órgãos federais, organismos internacionais — para a realização de novas pesquisas, sobre novos temas, aumentando seu campo de atuação, e fortalecendo a Codeplan como principal empresa pública de produção de informações sobre o Distrito Federal e RIDE-DF.

Desta forma, vislumbra-se que tanto o comprometimento desta administração com a consecução das metas e resultados elencados no item **2.3**, quanto a reestruturação constante da proposta de criação da autarquia, proporcionarão o fortalecimento de uma instituição de alta relevância estratégica para o Governo do Distrito Federal e sociedade.